

Editorial

No passado dia 8 de Fevereiro, celebrou-se o Dia da Liberdade Académica.

Várias associações sindicais reunidas – o SNESup (Portugal), o SNESup (França), o SAES (Senegal), a Associação dos Universitários da Tunísia e o Sindicato do Pessoal da Universidade (Palestina) – reflectiram sobre o significado deste dia e sobre os desafios colocados à liberdade académica no contexto do Ensino Superior e da Investigação, sendo determinante a acção sindical na defesa firme deste direito inalienável.

A importância do tema justifica que este número da Revista lhe seja consagrado. Os três primeiros artigos evocam o debate realizado.

Em *Liberdade Académica: um valor a defender no Ensino Superior e Ciência*, Mariana Gaio Alves destaca o subfinanciamento do Ensino Superior, com tendência a procurar recursos na mercantilização. Menciona ainda como a participação na democracia das instituições está comprometida pela exclusão de um número muito significativo de investigadores e docentes.

Juntos pela Defesa das Liberdades Académicas, da autoria de Anne Roger, Christophe Voilliot e Michel Maric, insiste igualmente no retrocesso democrático e na potencial ameaça da mercantilização do ensino superior, a que se junta a sua burocratização.

Enquanto direito colectivo, deverá a liberdade académica ser colectivamente defendida pelos Sindicatos.

Para Saïd Khalil, no artigo que assina com o título *A Liberdade Académica, Definição e Preocupações*, falar de liberdade académica em Birzeit é indissociável da própria liberdade individual e da segurança física de estudantes e professores que, desde a criação da Universidade, se tornaram num alvo constante dos ataques israelitas.

Episódios como os descritos, pela violação que denotam dos direitos humanos, mostram como a liberdade académica, no sentido que queremos que ela seja, é, afinal, nas palavras de Khalil, “um sonho demasiado ambicioso, que nem sequer ousam esperar”.

Representação eleitoral, participação democrática e liberdade académica nos quinze anos do RJIES é um artigo de João

Mineiro que, sem se centrar exclusivamente sobre o tema da liberdade académica, vem demonstrar de forma muito clara, através dos dados colectados, de que modo o RJIES tem vindo a contribuir para a diminuição de docentes e não docentes nos processos de participação democrática das instituições.

Quinze anos de vigência do RJIES exigiriam por parte da tutela o balanço necessário a este instrumento regulador das instituições de Ensino Superior e a decisão relativamente a uma reforma que se traduza em verdadeira democratização.

A Proliferação das Comissões de Ética, de Luís Fernandes, traz-nos uma reflexão muito oportuna sobre o sentido e as implicações das Comissões de Ética na investigação, sustentando que este novo paradigma não pode significar que até aqui a investigação produzida fosse “disfuncional”, mas apenas que os desígnios em que a comunicação se funda evoluem da “confiança” à “transparência”.

Até que ponto – perguntamos nós – não pode uma exacerbação do papel das Comissões de Ética, por deficiente regulação das suas competências, fazer perigar a liberdade de investigação?

Na Secção Jurídica, *Os Regulamentos e a Apatia dos Interessados*, da autoria de Rita d’Eça, pode ser lido como uma chamada de atenção a todos quantos, deixando de intervir em matérias que lhes dizem respeito, se alheiam da regulamentação que vai sendo produzida nas instituições.

Porque os Sindicatos são feitos de pessoas, é da congregação do esforço de todas elas que logramos obter resultados.

Neste número da Revista, a nova secção, *SNESup nos meios de Comunicação Social*, faz o balanço do trimestre em termos de intervenções reivindicativas e estratégicas no sector do Ensino Superior e Ciência.

Boa leitura!



MARIA TERESA NASCIMENTO*

UNIVERSIDADE DA MADEIRA



* Não escreve segundo o novo acordo ortográfico.